



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARAIBA**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARAIBA**  
**GABINETE DO PROCURADOR REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO/PRPB**

ATA

Aos dezoito dias do mês de novembro de 2021, às 16h00min, reuniram-se, por meio de videoconferência realizada via plataforma Zoom, os Procuradores da República Janaína Andrade de Sousa e Rodolfo Alves Silva, os Procuradores do Trabalho Raulino Maracajá Coutinho Filho e Marcela Maia Asfora, os Promotores de Justiça Uirassu Medeiros e Adriana Amorim, com o Dr. Fábio Andrade, Procurador Geral do Estado e Lúcio Landim, Corregedor Geral da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba; Dr. Aécio Melo, Procurador do Município de Campina Grande; Dr. Alan Richers, Procurador do Município de Pitimbu; Dr. Bruno Nóbrega, Procurador do Município de João Pessoa; Dr. Caio Cesar, assessor jurídico SES/PB; Dr. Dimitri Mota, Procurador do Município Caaporã; Dr. Flávio Nóbrega, Procurador do Município de Cabedelo e Dr. Gilney Porto, Secretário de Saúde do Município de Campina Grande;

A Procuradora da República Janaína Andrade abriu a reunião recepcionando os convidados e agradecendo a participação de todos. Esclareceu que o escopo da reunião seria discutir as medidas de comprovação da vacinação no Estado da Paraíba e expor as dificuldades apontadas pelos segmentos de alimentação e entretenimento no Estado e a falta de uniformização das normas que regulamentam os protocolos e medidas sanitárias nos municípios do Estado.

Dra. Marcela Asfóra destacou a importância da uniformização dos decretos para que os setores possam se organizar, bem como a população conscientizar-se que deverá apresentar o cartão de vacinação na entrada dos eventos e, ainda, pontua a relevância da reunião com os representantes dos setores de eventos e de poder escutá-los.

Dr. Fabio Andrade ponderou que os municípios não entram em consenso com os decretos, mas que fizeram todos os esforços nas gestões passadas e atuais para que pudessem harmonizar, na medida do possível, com o decreto do Estado e, naquilo, que não foi possível chegar a um consenso, o judiciário resolveu quais exigências deveriam prevalecer.

Informou que deverá ser publicada uma alteração no decreto atual que suprimirá a exigência

do teste para quem tem as duas doses da vacina. Quanto às demais questões trazidas como do setor de eventos, informou que está de acordo e a PGE está aberta para diálogo. Destacou que a regulamentação do passaporte da vacina está sendo preparada e nos próximos dias será publicada. Ressaltou que não há como abrir mão de certas responsabilidades. Informou que o Governador do Estado convidou os Ministérios Públicos e gestores municipais para debater a elaboração do novo decreto para a regulamentação do mês de dezembro no tocante às festas de réveillon nos municípios da região litorânea de João Pessoa, Cabedelo, Lucena e Pitimbu.

Dr. Aécio Melo ratifica as preocupações de Dr. Fabio e afirma que o diálogo sempre foi mantido, embora nem sempre tenha entrado em consenso. No seu entender, o Ministério Público pode ajudar no reconhecimento das situações distintas vividas por cada município. Disse que vem tentando alinhar os procedimentos e seguir as orientações restritivas. Informou que Campina Grande tem números positivos em relação à covid-19. Relatou que os *call centers* de Campina Grande buscaram a procuradoria do município para entrar em acordo sobre a possibilidade de diminuir os espaços entre os atendentes para abarcar mais funcionários no local.

Dra. Janaína reconhece o empenho de Campina Grande, mas explicou que não se pode individualizar os protocolos.

Dra. Marcela Asfóra ressaltou a importância dos protocolos de segurança e que devem ser seguidos. Alertou para a segurança da saúde dos trabalhadores e sugeriu uma nova reunião para discutir o tema.

Dr. Raulino Maracajá disse que está de portas abertas para discutir a situação dos *call centers*, mas que se adiantem em manter/priorizar a segurança dos trabalhadores.

Dra. Adriana Amorim ressalta a insegurança jurídica entre os decretos municipais e estadual.

Dra. Adriana questionou à SES-PB sobre a posição de aumento da capacidade dos eventos, pelo que Dr. Caio informou que levaria a demanda ao Dr. Daniel Beltrammi.

Dr. Bruno Nóbrega agradece a atitude do Ministério Público em se reunir com os gestores no intuito de alinhar os decretos, que há muitas divergências na exigência do teste do Covid-19, mas que vem sempre dialogando com Dr. Fabio. Relatou que houve da dificuldade no último final de semana devido às divergências nos decretos de João Pessoa e do Estado da Paraíba. Informou que o município de João Pessoa está buscando atingir as pessoas que estão apenas com a primeira dose, tendo como estratégia ônibus itinerante em vários pontos turísticos da cidade.

Dr. Aécio informou que no último decreto enfatizaram os percentuais praticados e desde o início tiveram problemas, que muitas vezes, em alguns pontos, foram mais restritivos que o decreto do estado. Disse que o esforço de Campina Grande não foi sentido/percebido em algumas questões e que os números da pandemia deveriam ter sido levados em consideração, no sentido de que são um polo e que recebem pessoas de outras cidades, sejam para questões

médicas, comércio ou faculdades.

Dra. Janaína relata que o maior problema dos decretos são as divergências em relação as testagens e pontuou que, com a retomada das atividades, era natural que o número de contaminados aumentasse. Sendo assim, deveria ser estabelecido até que ponto esses indicadores serão tolerados. Disse, ainda, que é importante, dentro do que é possível, os municípios não destoarem nos decretos.

Dr. Dimitri Mota disse que em Caaporã estão acompanhando os decretos estaduais, mas fizeram alterações pontuais em relação as populações na praça. Informou que a gestão está acompanhando o decreto estadual ao máximo e continuará a fazê-lo.

Dr. Alan, procurador do município de Pitimbu, disse que procura manter uma uniformização nos decretos com os demais municípios de faixa litorânea. Esclareceu que tem acompanhado os decretos do estado e tomado os devidos cuidados com as praias, que normalmente segue o que é estabelecido em João Pessoa. Solicitou que analisassem com sensibilidade a questão dos estabelecimentos que possuem características diferentes, para que seja feita uma diferenciação nas medidas adotadas no tocante aos ambientes abertos e ambiente fechados.

Dr. Landim disse que com a reunião de segunda-feira o pleito será avaliado.

Dr. Flávio, procurador de Cabedelo diz que o Município está alinhado com o decreto do estado. Considera importante o debate para padronizar as regras e fica a disposição para discutir com os demais municípios.

Dr. Caio Cesar diz que o estado estabelece o decreto com base em estudos para tentar avançar no percentual da vacinação e na diminuição de casos. O show é caracterizado como ambiente da maior proliferação do vírus, que há estudos indicado ser possível evoluir com 70% da população do esquema vacinal completo. Disse que o fato do estado exigir as duas doses mais o teste não elimina a possibilidade da pessoa levar o vírus para a festa. Pontuou que fazendo o teste garante que não se leve o vírus para a festa, uma vez que a vacina serve para não levar a óbito e não ser internado. Destacou: só conseguiremos ter um espaço mais seguro com a população vacinada e um RT abaixo de 1.

Dra. Marcela questionou se os dados são analisados por município ou para o estado, e se há possibilidade de ampliar o percentual.

Dr. Caio respondeu que quem tem as 2 doses pode transmitir o vírus, por isso a importância da testagem 3 dias antes do evento.

Sem mais a considerar, foi encerrada a presente reunião e feitos os seguintes encaminhamentos:

Dra. Marcela irá marcar reunião específica para tratar a temática das normas de segurança em call center;

A demanda do Município de Pitimbu será tratado na reunião indicada por Dr Fábio para tratar

das festas do final de ano.

Dra. Janaína informou que envidará esforços de participar da reunião indicada por Dr Fábio para tratar das festas do final de ano.

JANAÍNA ANDRADE DE SOUSA

Procuradora da República

RODOLFO ALVES SILVA

Procurador da República

RAULINO MARACAJÁ COUTINHO FILHO

Procurador do Trabalho

MARCELA ASFÓRA

Procuradora do Trabalho

UIRASSU DE MELO MEDEIROS

Promotor de Justiça

ADRIANA AMORIM

Promotora de Justiça

AÉCIO MELO

Procurador do Município de Campina Grande

ALAN RICHERS

Procurador do Município de Pitimbu

BRUNO NÓBREGA

Procurador do Município de João Pessoa

DIMITRI MOTA

Procurador do Município de Caaporã

FLAVIO NÓBREGA

Procurador do Município de Cabedelo

CAIO CÉSAR

Assessor Jurídico SES/PB

GILNEY PORTO

Secretário de Saúde de Campina Grande



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-PB-00047667/2021 ATA nº 283-2021**

.....  
Signatário(a): **JANAINA ANDRADE DE SOUSA**

Data e Hora: **19/11/2021 12:09:23**

Assinado com certificado digital

.....  
Signatário(a): **RODOLFO ALVES SILVA**

Data e Hora: **19/11/2021 11:46:51**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave abfc96a9.9e37bfda.4fd13279.3c85424f